

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS
DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2016**

PROVA OBJETIVA

Curso: _____

Período: _____

Candidato(a): _____

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira sua prova com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
2. A prova objetiva tem **caráter eliminatório e classificatório**.
3. A prova objetiva é composta de **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, extraídas do conteúdo programático publicado em edital específico, conforme o item 8.1 do Edital nº 14/2016-PROGRAD.
4. O horário de realização da prova objetiva é das **8h às 12 h** (horário oficial do Acre).
5. A prova objetiva terá duração de **4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas**.
6. Quando autorizado pelo Fiscal de Sala o candidato deverá preencher com os seus dados o cartão de resposta e o caderno de provas.
7. Nenhuma folha desta prova poderá ser destacada durante a realização da mesma, sob pena de desclassificação do candidato.
8. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito exclusivamente pelo candidato, de forma legível, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
9. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.
10. A marcação de mais de uma alternativa anulará a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
11. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de resposta por erro do candidato.**
12. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
13. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
14. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração, ainda que o mesmo esteja no local indicado pelos fiscais.
15. O candidato somente poderá levar sua prova se permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecederem o término da mesma.
16. Após o término de sua prova, o candidato deverá entregar o seu cartão de respostas e a prova ao fiscal de sala, inclusive com a folhas de rascunho (exceto quando atender o item 15).
17. O candidato que entregar o cartão de respostas não poderá retornar ao recinto.
18. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após acompanhar o lacre dos envelopes e apor em Ata suas respectivas assinaturas.

QUESTÕES OBJETIVAS

1 – O direito penal subterrâneo consiste:

- a) Nas chamadas “cifras negras” da criminalidade;
- b) No exercício arbitrário da lei pelos agentes públicos mediante o cometimento de diversos delitos;
- c) Na impunidade generalizada;
- d) Omissão penalmente relevante;
- e) Nenhuma das alternativas.

2 – Quanto à aplicação das penas, é incorreto afirmar que:

- a) É admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional, porém, é vedada a regressão *per saltum*, inclusive, se for o caso, do regime aberto para o fechado, conforme entendimento majoritário;
- b) Fixada a pena-base no mínimo legal, é defeso o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, motivado apenas na gravidade abstrata do delito.
- c) Para fazer jus à progressão por regime, o condenado por crime de homicídio qualificado deve, além de preencher o requisito subjetivo, cumprir 3/5 da pena caso tenha sofrido condenação anterior transitada em julgado por delito de furto.
- d) A competência para execução das penas privativas de liberdade é do Juízo das Execuções Penais do Estado, incluindo a execução das penas impostas pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando os sentenciados forem recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual;
- e) Nenhuma das alternativas.

3 – De acordo com o art. 42, do Código Penal, computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em qualquer dos estabelecimentos referidos no art. 41, do CP. No caso, o juízo inicialmente competente para reconhecer a detração para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena é o juízo:

- a) Do lugar em que foi praticada a infração;
- b) Do Tribunal Superior;
- c) Do processo de conhecimento;
- d) Da execução;
- e) Nenhuma das alternativas.

4 – No que diz respeito ao instituto da *aberratio ictus*, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de hipótese de erro sobre a pessoa;
- b) Trata-se de hipótese de erro na execução;
- c) Trata-se de hipótese de resultado diverso do pretendido;
- d) Trata-se de hipótese de resultado diverso do tipo;
- e) Nenhuma das alternativas.

5 – Em relação ao crime culposo, pode-se afirmar que:

- a) Em regra não admite tentativa, salvo a culpa imprópria;
- b) Tem como modalidades a imprudência, negligência e imperícia;

- c) A previsibilidade objetiva compõe a estrutura elementar do crime culposos;
- d) A culpa própria é aquela na qual o resultado, embora previsível, não é previsto pelo agente;
- e) Nenhuma das alternativas.

6 – Em relação ao feminicídio é incorreto afirmar que:

- a) Trata-se de hipótese de qualificadora do crime de homicídio;
- b) Há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher;
- c) A pena é aumentada de 1/3 até metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto;
- d) A pena é aumentada de 1/3 até metade se o crime for praticado na presença de descendente, ascendente ou irmão da vítima;
- e) Nenhuma das alternativas.

7 – Para a jurisprudência majoritária do STJ a consumação do crime de roubo impróprio ocorre com:

- a) O emprego da violência;
- b) A obtenção da posse da *res*;
- c) A posse mansa e pacífica da *res*;
- d) A posse desvigiada da *res*;
- e) Nenhuma das alternativas.

8 - Jon Snow e Rob Stark, sem comunhão de desígnios e identidade de propósitos, mediante emboscada e com *animus necandi*, desfecham tiros contra a vítima Ramsey, que vem a falecer, no entanto não se podendo precisar qual foi o autor do disparo fatal que ceifou a vida da vítima. No caso, tem-se o fenômeno denominado:

- a) Autoria colateral;
- b) Autoria incerta;
- c) Autoria mediata;
- d) Autoria imediata;
- e) Nenhuma das alternativas.

9 – Em uma luta corporal, Malvadius, com *animus laedendi*, acaba agredindo Azarius, ocasionando a perda da visão do olho direito. No caso Malvadius deverá responder pelo crime de:

- a) Lesão corporal grave;
- b) Lesão corporal gravíssima;
- c) Tentativa de homicídio;
- d) Lesão corporal em concurso formal com tentativa de homicídio;
- e) Nenhuma das alternativas.

10 – Para a jurisprudência do STJ a transmissão dolosa do vírus HIV pode ser enquadrado como crime de:

- a) Lesão corporal grave;
- b) Lesão corporal gravíssima;
- c) Tentativa de homicídio;
- d) Perigo de contágio de moléstia grave;

e) Nenhuma das alternativas.

11 – Em relação à ação penal privada exclusiva, é incorreto afirmar que:

- a) Somente pode ser proposta pelo ofendido ou por seu representante;
- b) Somente pode ser proposta pelo ofendido, sendo vedado seu exercício por seu representante legal;
- c) O prazo para o exercício do direito de queixa é de 6 meses, contado da data em que vier o ofendido a saber quem é o autor do crime;
- d) O Ministério Público poderá aditar a queixa-crime, intervindo em todos os termos subsequentes do processo;
- e) Nenhuma das alternativas.

12 – O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo CPP, ressalvados:

- a) Os processos da competência do Tribunal do Júri da Justiça Estadual;
- b) Os processos da competência do Tribunal do Júri da Justiça Federal;
- c) Os processos da competência da Justiça Eleitoral;
- d) Os processos da competência da Justiça Militar;
- e) Nenhuma das alternativas.

13 – Nos casos em que somente se procede mediante queixa considerar-se-á perempta a ação penal:

- a) Quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 15 dias seguidos;
- b) Quando deixar de oferecer a queixa-crime no prazo de 6 meses contados do conhecimento da autoria delituosa;
- c) Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;
- d) for declarada incapaz;
- e) Nenhuma das alternativas.

14 – Segundo a jurisprudência majoritária do STJ, o crime de transferência eletrônica fraudulenta de valores depositados na conta do correntista de instituição financeira configura hipótese de:

- a) Furto Qualificado;
- b) Estelionato;
- c) Apropriação Indébita;
- d) Violação de dispositivo informático;
- e) Nenhuma das alternativas.

15 – Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

- a) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência comum;
- b) No concurso de jurisdições de mesma categoria, predominará inicialmente a do lugar da infração que for cominada pena de reclusão;
- c) No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;
- d) No concurso entre jurisdição comum e especial, prevalecerá aquela;
- e) Nenhuma das alternativas.

16 - O neoconstitucionalismo é associado aos seguintes fenômenos ou características, exceto:

- a) A força normativa dos princípios;
- b) A reaproximação entre direito e moral;
- c) A judicialização da política e das relações sociais;
- d) A constitucionalização do direito;
- e) A priorização do método da subsunção na aplicação dos princípios.

17 - Considerando a classificação das constituições denominada de ontológica, conforme proposta de Karl Loewenstein, a constituição que efetivamente conforma o processo político e as relações sociais, com plena observância pela sociedade, é denominada, pelo referido Autor, de constituição:

- a) Nominal;
- b) Semântica;
- c) Normativa;
- d) Simbólica;
- e) Política.

18 - A distinção entre regras e princípios tem gerado intensa discussão, com novas formulações na doutrina constitucional contemporânea. Sobre o tema, assinale a assertiva correta:

- a) As regras são consideradas normas jurídicas, enquanto que os princípios não têm essa natureza;
- b) Os princípios possuem caráter concreto, enquanto as regras são normas de caráter abstrato;
- c) As regras possuem maior generalidade e abstração do que os princípios;
- d) O conflito entre normas principiológicas é solucionado pelos critérios da hierarquia e da especialidade;
- e) As regras são aplicadas na forma do “tudo ou nada” e os princípios conforme a dimensão do peso ou importância.

19 - Sobre a mutação constitucional, assinale a opção incorreta:

- a) A mutação tem como pressuposto a ideia da dissociação entre norma e texto;
- b) É citado pela doutrina, como exemplo de sua incidência, o julgamento pela Suprema Corte dos EUA no caso *Brown v. Board of Education*;
- c) O plenário do Supremo Tribunal Federal já decidiu que houve mutação constitucional do art. 52, X, da CF/88, não sendo mais necessário a intervenção do Senado Federal para suspender a execução de lei declarada inconstitucional no controle difuso;
- d) Na jurisprudência brasileira, pode ser citado como exemplo de mutação constitucional, a decisão, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que entendeu ser hipótese de perda de mandato parlamentar a infidelidade partidária decorrente da troca de partido no curso do mandato;
- e) Mutações constitucionais são caracterizadas pela alteração da constituição por processo informal interpretativo, sem que ocorra a alteração do seu texto constitucional.

20 - Assinale a assertiva que identifica o princípio de interpretação constitucional, o qual preconiza a necessidade de ser observado, na interpretação, o espaço institucional de cada poder, em corolário ao princípio da separação dos poderes:

- a) Princípio da unidade da constituição;
- b) Princípio da concordância prática;
- c) Princípio do efeito integrador;
- d) Princípio da correção funcional;

e) Princípio da força normativa da constituição.

21 - Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) A constituição poderá ser emendada mediante proposta da maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) A Constituição de 1988 veda expressamente a edição de medida provisória sobre direito civil;
- c) As leis que disponham sobre aumento de remuneração de servidores federais da administração direta podem ser propostas por qualquer membro da Câmara dos Deputados;
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional;
- e) O veto parcial poderá abranger apenas uma única palavra, considerada inconstitucional, do texto de um artigo.

22 - A concepção de constituição, definida como a “decisão política fundamental do Poder Constituinte”, refere-se à concepção:

- a) Política;
- b) Jurídica;
- c) Simbólica;
- d) Sociológica;
- e) Cultural.

23 - Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção incorreta:

- a) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não tendo o proprietário direito a indenização por dano ocorrido;
- c) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- d) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

24 - Nos termos da Constituição Federal de 1988, são consideradas condições de elegibilidade para o cargo de vereador, com exceção da seguinte hipótese:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O alistamento eleitoral;
- c) O domicílio eleitoral;
- d) A filiação partidária;
- e) A idade mínima de 18 anos e a idade máxima de 70 anos.

25 - É de competência do Tribunal de Contas da União:

- a) Julgar, em definitivo, as contas do Presidente da República;

- b) Fiscalizar as contas de empresa multinacional, ainda que a União não detenha qualquer parte do seu capital social;
- c) Manifestar-se, previamente, sobre a elaboração de proposta do orçamento da União;
- d) Fazer o controle prévio d constitucionalidade de lei orçamentária;
- e) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.

26 - Sobre o processo de *impeachment* do Presidente da República, no qual são apurados e julgados os crimes de responsabilidade, assinale a assertiva incorreta:

- a) São considerados crimes de responsabilidade os atos que atentem contra a probidade na administração e na lei orçamentária;
- b) O Presidente ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal;
- c) O prazo de afastamento do presidente é de, no máximo, 180 dias, findo o qual, se o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento;
- d) A renúncia ao mandato pelo presidente enseja perda de objeto do processo de *impeachment* eventualmente em curso, acarretando a sua extinção automática, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal;
- e) A acusação deve ser admitida por dois terços da Câmara dos Deputados, sendo que o julgamento é realizado perante o Senado Federal.

27 - Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) O mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado;
- b) A homologação de sentença estrangeira;
- c) A infração penal comum cometida por Ministro de Estado;
- d) O *habeas corpus* quando a autoridade coatora for Ministro de Estado;
- e) O recurso ordinário quando o litígio envolver Estado estrangeiro e Município brasileiro.

28 - São legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade, exceto:

- a) A mesa de assembléia legislativa;
- b) O governador de Estado;
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional;
- d) Confederação sindical;
- e) Entidade de classe de âmbito estadual.

29 - Constitui competência privativa da União legislar sobre:

- a) Desapropriação;
- b) Responsabilidade por dano ao meio ambiente;
- c) Previdência social;
- d) Direito tributário;
- e) Orçamento.

30 - Nos termos da Constituição Federal de 1988, é causa de perda do mandato parlamentar do deputado federal, exceto:

- a) Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

- b) Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- c) Quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição;
- d) Quando investido no cargo de Ministro de Estado;
- e) Cujos procedimentos foram declarados incompatíveis com o decoro parlamentar.

31 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Em conformidade com a lei 13.146/2015, que modificou o art. 3º do Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos;
- b) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer;
- c) De acordo com o Código Civil, os pródigos são considerados relativamente incapazes;
- d) No Brasil, a personalidade civil começa da concepção;
- e) A emancipação poderá ser concedida por ambos os pais, independentemente de homologação judicial.

32 - Segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Não existe morte presumida sem decretação de ausência;
- b) Ocorre a comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar qual deles morreu em primeiro lugar, hipótese em que presumir-se-ão simultaneamente mortos;
- c) Ainda que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importando diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes;
- d) O ato de disposição do próprio corpo é negócio jurídico irrevogável;
- e) Não se tratando de direito personalíssimo, o nome pode ser alterado a qualquer momento, nas hipóteses previstas em lei.

33 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei;
- b) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada;
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo;
- d) Não obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, caso tenham agido com dolo ou má-fé;
- e) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

34 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á como único domicílio o local onde possua o centro habitual de seus negócios;
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- c) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida;

- d) Por força de lei, considera-se como domicílio do preso o lugar em que cumprir a sentença;
- e) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

35 - Quanto aos bens, assinale a assertiva incorreta:

- a) Os bens destinados à alienação são considerados como não consumíveis por disposição da lei;
- b) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente;
- c) O direito à sucessão aberta considera-se imóveis por disposição da lei;
- d) As energias que tenham valor econômico consideram-se móveis para os efeitos legais;
- e) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

36 - Acerca da condição, termo e encargo, assinale a assertiva incorreta:

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- b) Na condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito a que ela visa;
- c) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido;
- d) No termo certo, a ocorrência do evento certa e determinada, ao contrário do que ocorre no termo incerto, em que a ocorrência do evento é incerta e indeterminada;
- e) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

37 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, além da forma prescrita ou não defesa em lei;
- b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir;
- c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração;
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem;
- e) Como regra geral, é correta afirmar-se que o silêncio do interessado no negócio jurídico importa anuência, mesmo quando as circunstâncias e os usos não o autorizarem.

38 - Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro accidental e escusável, inclusive no erro de cálculo;
- b) O temor reverencial dá causa à anulação do negócio jurídico por coação;
- c) O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo;
- d) Não se anula o negócio jurídico por lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, posto se tratar de estado de perigo;
- e) Podem pleitear a anulação do negócio jurídico por fraude contra credores os credores que já o eram ao tempo da prática dos atos fraudulentos e também os credores posteriores, desde que sejam quirografários.

39 - No que diz respeito às obrigações de dar coisa certa, assinale a opção incorreta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;
- b) É correto afirmar-se que a obrigação de dar coisa certa, de entregar ou de restituir, rege-se pelo princípio do *genus nunquam perit* (o gênero nunca perece), não se aplicando o princípio do *res perit domino* (a coisa perece para o dono);
- c) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu;
- d) Sendo culpado o devedor pela deterioração da coisa, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos;
- e) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

40 - Assinale a alternativa correta:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou, hipótese em que poderá escolher a “nata do gênero”;
- b) A coisa incerta, como o nome está dizendo, não é passível de identificação, ficando a critério do credor realizar a escolha conforme os critérios estabelecidos em contrato;
- c) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor;
- d) Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, a não ser por força maior ou caso fortuito;
- e) Nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, terá ele que indenizar o credor pelo equivalente de qualquer delas, mais perdas e danos.

41 - Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro, não se sendo exigível pelo devedor o pagamento em conjunto ou a caução de ratificação;
- b) Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar;
- c) O pagamento parcial feito por um dos devedores solidários e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada;
- d) Não importará renúncia da solidariedade passiva a propositura de ação pelo credor contra apenas um dos devedores solidários;
- e) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.

42 - Sobre o pagamento, assinale a opção incorreta:

- a) Em atenção ao princípio da boa-fé objetiva e da previsibilidade nos meios de pagamento, embora ocorrendo motivo grave, não poderá o devedor deixar de efetuar o pagamento no lugar determinado em contrato, mesmo que isso não cause prejuízo ao credor, sob pena de responder pelas consequências do inadimplemento;
- b) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa;
- c) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou;
- d) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor, em especial da ação de consignação em pagamento;

e) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

43 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem, hipótese em que teremos a compensação;
- b) Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor, hipótese em que teremos a confusão;
- c) Dá-se a novação, dentre outras hipóteses, quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior;
- d) Para que haja a dação em pagamento, o credor deve consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida;
- e) No pagamento com sub-rogação, extingue-se a relação jurídica primitiva, nascendo nova relação jurídica com o pagamento realizado.

44 - Acerca do inadimplemento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado;
- b) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos;
- c) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer;
- d) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar;
- e) Inadimplemento relativo e violação positiva do contrato são expressões sinônimas, pois ambas conduzem à reparação pelas e danos.

45 - Sobre o vício redibitório e a evicção, é correto afirmar que:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor;
- b) O vício redibitório previsto no Código Civil possui a mesma natureza jurídica do vício do produto, previsto no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor;
- c) no vício redibitório, a responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, ainda que o vício seja posterior à alienação;
- d) Como regra geral, as regras da evicção aplicam-se tanto aos contratos onerosos quanto aos gratuitos;
- e) Se o adquirente possuía conhecimento de que a coisa era alheia ou litigiosa, ainda assim poderá demandar pela evicção, desde que comprove o enriquecimento sem causa do alienante.

46 - O novo CPC traz em seu bojo, de forma expressa, as chamadas “Normas Fundamentais do Processo Civil”. Qual das alternativas não se constitui em uma dessas normas?

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa;
- c) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos;

- d) Não será permitida a arbitragem;
- e) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

47 - Quanto aos limites da jurisdição nacional, compete à Autoridade Judiciária Brasileira processar e julgar, EXCETO:

- a) as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;
- b) as ações em que no exterior tiver de ser cumprida a obrigação;
- c) as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil;
- d) as ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil;
- e) as ações em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional. denúnciação à lide.

48 - Sobre competência, analise as assertivas abaixo:

- I - É competente o foro para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável;
- II - É competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica;
- III - É competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano;
- IV - É competente o foro do lugar de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- a) 0;
- b) 1;
- c) 2;
- d) 3;
- e) 4.

49 - Segundo o CPC, serão representados em juízo, ativa e passivamente, EXCETO:

- a) A União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;
- b) O Estado e o Distrito Federal, por seus respectivos chefes do Executivo;
- c) O Município, por seu prefeito ou procurador;
- d) A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar;
- e) A massa falida, pelo administrador judicial.

50 - Em relação à litigância de má-fé, considere as seguintes assertivas:

- I - Considera-se litigante de má-fé aquele que deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- II - Considera-se litigante de má-fé aquele que alterar a verdade dos fatos;
- III - Considera-se litigante de má-fé aquele que usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
- IV - Considera-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens INCORRETOS:

- a) 0;



- b) 1;
- c) 2;
- d) 3;
- e) 4.

51 - Segundo o CPC, a gratuidade da justiça não compreende:

- a) as taxas ou as custas judiciais;
- b) os selos postais;
- c) as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- d) as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;
- e) as multas processuais que lhe sejam impostas.

52 - Nos termos do novo CPC, NÃO é forma de intervenção de terceiros:

- a) Chamamento ao processo;
- b) Denúnciação à lide;
- c) Nomeação à autoria;
- d) Assistência Simples;
- e) *Amicus curiae*.

53 - Segundo o CPC, qual das alternativas abaixo não é motivo para indeferimento da petição inicial?

- a) Manifesta ilegitimidade da parte;
- b) Falta de interesse processual;
- c) Falta de pedido ou causa de pedir;
- d) Pedidos compatíveis entre si;
- e) Pedido indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se admite pedido genérico.

54 - Segundo o novo CPC, não é incumbência do réu, antes do mérito, alegar em sede de contestação:

- a) Incompetência absoluta e relativa;
- b) Inépcia da petição inicial;
- c) Perempção;
- d) Litisconsórcio unitário;
- e) Coisa julgada.

55 - Sobre as incumbências do Réu, na contestação, antes de discutir o mérito, analise as seguintes assertivas, à luz do CPC:

- I - Incumbe ao réu alegar a inexistência de citação;
- II - Incumbe ao réu alegar a perempção;
- III - Incumbe ao réu alegar a continência;
- IV - Incumbe ao réu alegar a incompetência absoluta e relativa.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- a) 0;
- b) 1;



- c) 2;
- d) 3;
- e) 4.

56 - Qual das alternativas abaixo NÃO configura dever do juiz em decisão de saneamento e organização do processo?

- a) Resolver as questões processuais pendentes, se houver;
- b) Resolver, de imediato, o mérito da demanda;
- c) Definir a distribuição do ônus da prova;
- d) Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;
- e) Designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

57 - Quanto à produção de prova testemunhal, assinale a alternativa em que conte uma autoridade que será inquirida em sua residência ou em local onde exercem sua função:

- a) Secretário de Estado;
- b) Vereador;
- c) Presidente de Autarquia Pública;
- d) Deputado Estadual;
- e) Secretário Municipal.

58 - É hipótese de julgamento com resolução do mérito:

- a) Indeferimento da petição inicial;
- b) Quando o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;
- c) Quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
- d) Quando o juiz verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- e) Quando o juiz homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

59 - Sobre os elementos e os efeitos da sentença, analise as seguintes assertivas:

- I - Não se considera fundamentada qualquer ato judicial que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;
- II - Não se considera fundamentada qualquer ato judicial que não empregue conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
- III - Não se considera fundamentada qualquer ato judicial que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
- IV - Não se considera fundamentada qualquer ato judicial que enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- a) 0;
- b) 1;
- c) 2;
- d) 3;
- e) 4.



60 - Sobre Coisa Julgada, assinale a opção CORRETA, à luz do novo CPC:

- a) Denomina-se coisa julgada formal a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso;
- b) Fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;
- c) Em se tratando de relação jurídica de trato continuado, não poderá haver nova decisão sobre as questões já decididas;
- d) É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- e) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito não tem força de lei nos limites da questão principal implicitamente decidida.